



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Conhecimento, Ciência e Tecnologia [ST]

ATIVISMO POLÍTICO E CÍVICO NO FACEBOOK: O USO DA COMUNICAÇÃO

SOUSA, João Carlos

Mestrado em Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais,

Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior,

joao.sousa@labcom.ubi.pt

Resumo

O trabalho “Ativismo político e Cívico no Facebook: O uso da comunicação” concentra a sua abordagem em três grandes domínios teóricos: participação política; a relação entre tecnologia e sociedade; e, finalmente, os *media (two step flow)*. Considerando a área de sobreposição teórica e empírica destes três campos, procurámos averiguar a possibilidade do ativismo privilegiadamente desenvolvido no Facebook despoletar uma dinâmica comunicativa de carácter horizontal e multidireccional.

Com vista à prossecução desta pesquisa, procurámos implementar uma metodologia mista, que consistiu na realização de entrevistas semi-diretivas a ativistas envolvidos nas Organizações estudadas, uma análise de conteúdo às páginas de Facebook das oito Organizações em análise, considerando o período de uma semana.

A argumentação desenvolvida gravita em torno da ideia segundo a qual o debate político levado a cabo no Facebook tende a reproduzir características como a verticalização das comunicações ou a ausência de horizontalidade e de dinâmica dialógica.

Abstract

The work “Political and Civic Activism on Facebook: The Use of Communication” focuses its approach on three major theoretical domains: political participation; the relationship between technology and society; and, finally, the media (two step flow). Considering the area of theoretical and empirical overlap of these three fields, we tried to investigate the possibility of the activism, privileging the one which was developed on Facebook, trigger a communicative dynamics of horizontal and multidirectional character.

In order to achieve this research, we tried to implement a mixed methodology, which consisted in the realization of semi-directive interviews with activists involved in the organizations studied, a content analysis of the Facebook pages of the eight organizations in question, considering the period of a week.

The argumentation developed around the idea that the political debate conducted on Facebook tends to reproduce characteristics such as vertical communications or absence of horizontal ones and dialogical dynamics.

Palavras-chave: participação política; tecnologia; Facebook; meios de comunicação; tipos de comunicação

Keywords: political participation; technology; Facebook; *media*; types of communication

1. Introdução

Tendo em conta o atual contexto político, social e económico, pode dizer-se, com algum grau de consensualidade, que as democracias ocidentais contemporâneas atravessam uma profunda crise de legitimidade. Com um contínuo e progressivo sentimento de afastamento, uma grande parte dos cidadãos sente-se cada vez mais relutante em se mobilizar e participar, quando chamado a fazê-lo. Estamos, com efeito, a referir-nos aos elevados valores de abstenção verificados nas mais diversas eleições, sejam elas de 1ª ordem (legislativas, presidenciais ou europeias), quer em referendos (eleições de 2ª ordem - descriminalização do aborto).

Já no início do novo milénio, André Freire e Pedro Magalhães (2002) alertavam precisamente para este crescente afastamento político dos cidadãos relativamente aos seus governantes. Contudo, olhar para os valores da abstenção eleitoral é, muito provavelmente, olhar para aquilo que comumente é designado como *ponta do iceberg* e que se prende essencialmente com problemas estruturais mais amplos da própria sociedade portuguesa, em conjugação com tendências importadas por via da globalização. Ora, de um ponto de vista interno, assiste-se a uma forte erosão da imagem dos políticos, em particular, e da classe dirigente, em geral. A este respeito, João Almeida Santos (2012), sustenta, através do conceito de *legitimidade flutuante*, a intensificação do papel dos *media*, mas também das sondagens que, remetendo para uma constante avaliação dos dirigentes governativos e políticos, conduzem em última instância a uma forte aceleração dos ciclos políticos e eleitorais. No centro deste processo de aceleração encontra-se uma forte erosão da imagem e da popularidade, por efeito de uma permanente exposição mediática dos mais diferentes agentes político-institucionais.

Neste contexto, os *media*, genericamente considerados, granjeiam um relevante papel, muito por via da intensificação dos fluxos informacionais que estruturam o espaço público contemporâneo. Concomitantemente a este processo, as diferentes Organizações partidárias, nomeadamente as que vulgarmente se concebem como do “arco da governação” e que, a solo ou em coligação, se revezam no Governo tendem, de acordo com Marco Lisi (2012) e João Almeida Santos (2012), a adotar uma estratégia de Partido “apanha tudo” (*catch all Party*), no sentido de alargar a base social do seu eleitorado. No plano político, estas Organizações manifestam uma crescente descaraterização ideológica, bem como uma comunicação verticalizada e elitista, decorrente de uma forte burocratização dos próprios Partidos, mas também do exponencial crescimento da distância percebida pelos cidadãos relativamente aos seus representantes (Cabral, 2000).

Deste modo, assiste-se a uma forte imbricação entre dois grandes domínios: por um lado, as fortes mutações do papel dos *media* (mormente dos novos *media*, como o Facebook) na esfera pública; por outro, o sistema político, é pressionado exteriormente, pelos *media*, mas também por fatores associados à globalização económica e política. É entre estes dois campos que a presente investigação se vai desenrolar, mais propriamente nos fluxos comunicacionais promovidos por Organizações que desenvolvem a sua atividade cívica e política no Facebook, como: “RiseUp Portugal”; “O Povo é Quem Mais Ordena”; “Indignados Lisboa”; “Democracia e Dívida”; “Que se Lixe a Troika”; “15 Outubro”; “Artigo 21º” e “FLAN Colectivo”.

Estas Organizações pela sua natureza bem como pelo facto de deterem no Facebook, o seu “território” primordial detêm um lugar cimeiro no estudo da comunicação estabelecida, quer a nível interno, quer externamente, uma vez que proporcionam uma visão privilegiada sobre o uso de novas tecnologias. Deste modo, procurar-se-á responder à seguinte questão: em que medida o ativismo político realizado no Facebook desenvolve uma dinâmica comunicacional horizontal?

2. Da verticalização partidocrática à promessa de horizontalidade informal

A problemática da representação política tem concentrado a atenção de uma boa parte da comunidade científica, reunindo contributos tão díspares como os oriundos da sociologia, ciência política, história, ciências da comunicação ou até mesmo da psicologia, entre algumas outras. Contudo, são ainda poucos os estudos que fazem convergir diferentes pontos de vista procurando reequacionar a questão do défice de participação política nas sociedades contemporâneas, um pouco por todo o continente europeu.

Paralelamente, diversos os estudos (Halman, 2003; Viegas, Santos e Faria, 2010) apontam para um crónico e crescente desinteresse de diversas categorias sociais relativamente à vida pública e, em particular, às questões de índole político e cívico.

Deste ponto de vista, não deixa de ser sintomático uma aparente incapacidade dos Partidos políticos em reduzir os crónicos valores da abstenção eleitoral. Uma tentativa de explicação ou interpretação deste fenómeno deve realizar-se em conformidade com uma retrospectiva histórico, nomeadamente em torno dos 40 anos de democracia que se comemoram no vigente ano de 2014. Neste sentido, e tomando como ponto de partida a perspectiva histórica, sublinhamos que logo após o golpe militar de 25 de Abril 1974, apenas o Partido Comunista Português (PCP) tinha uma implantação territorial relativamente consolidada, ainda que concentrada a sul do Tejo. Quanto às restantes forças partidárias: Partido Socialista (PS), Partido Popular Democrático-Partido Social Democrata (PPD-PSD) e Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP). Destes, apenas o PS foi fundado nas vésperas do 25 de Abril, sendo todos subsequentemente a eles marco histórico e político.

Na sua génese, a maioria destas organizações políticas, (PS; PPD-PSD e CDS-PP) tiveram num grupo de personalidades, os seus fundadores e dinamizadores iniciais. O que implica necessariamente uma forte ação dinamizadora e até de proselitismo político na sua expansão, implementação e consolidação ao longo de todo o território nacional. Por outro lado, o facto, de na raiz, estes Partidos políticos serem formados a partir da mobilização de restritos grupos leva a que autores como Fernando Farelo Lopes e André Freire (2002), num estudo seminal sobre as origens das diferentes organizações políticas que compõem o sistema político-partidário português atual, constatarem que, ao contrário do que seria supor, seguindo a lógica de outras democracias europeias, a formação dos Partidos políticos, em Portugal passou fundamentalmente por uma lógica “*top-down*”. Isto é, por outras palavras, estamos perante um processo de disseminação de diferentes propostas políticas que, ao longo deste processo, foram recrutando para as suas fileiras notáveis ou figuras com alguma notoriedade social e/ou política a nível local e regional.

Nesta precisa linha de raciocínio, os mesmos autores, considerando sobretudo o caso do PPD-PSD, advogam que a expansão e consolidação eleitoral a nível local e regional se deveu, muitas vezes, a uma lógica que designam de “baronato”, que não é mais do que o aproveitamento e recrutamento de elites e figuras destacadas de determinadas localidades, com vista à implantação e crescimento eleitoral. Com efeito, estes factos que fazem parte da matriz genética da grande maioria dos partidos políticos que atualmente têm assento parlamentar, remetem-nos para algumas manifestações de incapacidade e inoperacionalidade por parte destes.

Isto para dizer que alguns dos “bloqueios” que hoje em dia se vivem na vida pública e política portuguesa resultam parcialmente destes paradoxos e inconsistências. Do ponto de vista macrosociológico, a própria democracia denota determinadas limitações, tal como é salientado por João Almeida Santos (1998:19-22), recorrendo a diversos trabalhos de Norberto Bobbio (Bobbio, 1977, pp.46-52; Bobbio, Pontara e Veca, 1984, pp. 19), que sucintamente passam por: 1º o paradoxo ético decorrente das profundas mudanças associadas à sociedade de massas, que complexifica a construção e definição das orientações político-ideológicas; 2º desfazamento entre reais competências e as exigências do mesmo, na tomada de posição no processo político; 3º paradoxo da democracia contemporânea resulta da cada vez maior incapacidade de controlo e responsabilização do Estado e seus representantes, em face de uma forte impulso burocrático; 4º o desenvolvimento da contradição entre funcionamento “normal” de uma democracia e constrangimentos a esta, oriundos de organizações transnacionais e/ou do sistema financeiro/económico, em consequência da globalização económica vivida.

De forma premonitória, o autor italiano identifica, entre estes quatro aspetos, mudanças políticas estruturais nos regimes democráticos contemporâneos, pese embora o facto de este grupo ser internamente bastante heterogéneo. A contribuir para esta grande disparidade no seio das democracias encontram-se fatores como: o sistema político-institucional seguir uma matriz mais presidencialista (caso da França) ou assentar numa componente legislativa (Portugal); mas também o facto de seguir um modelo de maior representatividade (modelo liberal) ou, em alternativa, o modelo essencialmente republicano (assente num caráter mais

participativo); mas podíamos identificar ainda outros aspetos que pautam e diferenciam o modelo político seguido em cada país.

Contudo, o panorama político e o seu respetivo estudo não seria seriamente compreendido sem olharmos atentamente para o sistema político-partidário, nomeadamente o português. A este respeito Marco Lisi (2011, pp.14) menciona a existência de quatro grandes propostas teóricas, para o estudo do fenómeno partidário: teoria ideológica, sociológica, institucional e racional.ⁱ

Sem ter a intenção de diminuir a capacidade analítica das restantes abordagens teóricas, a perspectiva sociológica tem a pertinência de colocar o enfoque nas “raízes” sociais e políticas que estão a montante da formação das diferentes organizações políticas, num dado sistema partidário. Ora, de acordo com a explicação sociológica, as sociedades são compostas por um “tecido” social e político distinto, no fundo, deferentes grupos de interesses. É precisamente nesta linha de raciocínio que Seymour Martin Lypset (1992, pp.165) constata que “(...) os partidos têm servido como agentes essenciais de mobilização e, enquanto tal, ajudando a integrar as comunidades locais na nação ou numa federação mais vasta”. Não diminuindo o mérito interpretativo desta proposta teórica, é notória a sua forte componente funcionalista, através do papel integrador que os partidos políticos têm nos regimes demoliberais. Dito isto, as diferentes forças partidárias emergem a partir de pontos de vista distintos, podendo existir clivagens de índole religiosa, cultural e étnica.

Com efeito, e de acordo com Marco Lisi (2011, pp.15), podemos identificar duas importantes funções dos partidos políticos: “por um lado, há a necessidade de manter a integração e a coesão interna; por outro, as clivagens representam as dimensões de conflito e de competição entre as várias forças políticas”. Já nos primórdios do pensamento sociológico, Max Weber como um dos percursos deste empreendimento enfatizava precisamente o papel dos partidos políticos: “as comunidades políticas são sempre uma ameaça potencial para os seus vizinhos por causa deste impulso socialmente determinado para o alargamento do seu território” (*in* Parkin, 2000:55).

Também Robert Michels (1982, pp. 27) defende que “o partido moderno é uma organização de combate, no sentido político da palavra, e, como tal, deve adequar-se às leis da tática”. Desta forma, fica patente a importante componente integradora e institucional do conflito.

No contexto político-partidário português, os diferentes atores emanam, não de clivagens sociais ou políticas, mas antes de uma “ideia” inicial de uma elite ou grupo restrito de indivíduos que comungam de um conjunto, que pode ser mais/menos elaborado.ⁱⁱ Este facto sócio histórico remete-nos para o défice de “enraizamento” dos atores políticos institucionais que compõem o sistema partidário português, refletindo-se, grosso modo, nos Partidos e na sua dificuldade em manter a coerência ideológica e programática ao longo dos vários momentos eleitorais; mas também no próprio eleitorado, que tem dificuldades em discernir propostas de diferentes partidos. A situação deve-se a uma razoável variabilidade programática e indefinição ideológica à qual três vertentes se associa uma sobreposição de propostas e, conseqüentemente de “nichos” eleitorais.

No plano da análise institucional, o sistema político-partidário português preenche um conjunto de necessidades resultantes, em última análise, da sua imbricação no sistema social mais vasto – a sociedade e a sua forma de organização. Deste modo, e recorrendo novamente a Marco Lisi (2011:19-24), podemos enumerar duas funções principais: 1ª função expressiva/representativa; 2ª função de elaboração das políticas públicas.ⁱⁱⁱ Ao realizarmos um périplo pelas várias abordagens teóricas da sociologia dos Partidos políticos, destacámos o modo como estes emergem das clivagens sociais, dando desta forma expressão a diferentes interesses numa dada comunidade.

Este é o contexto institucional e estrutural do campo político. Por outras palavras, estamos perante um evidente distanciamento, seja ele objetivo ou subjetivo, da vivência política, tornando-se premente o estudo de possíveis mecanismos e formas de participação política e cívica que ultrapassem a simples e convencional via institucional. O campo da participação política, por sua vez, é também afetado por estes condicionalismos institucionais. Como tivemos oportunidade de salientar anteriormente, o contexto político e mediático atual tem ficado indelevelmente pautado por um forte incremento da crispação social e política. A este propósito, Portugal apresenta uma profunda disjunção entre governados e governantes, traduzível, de acordo com Manuel Villaverde Cabral (2000), num forte afastamento da classe política relativamente aos

seus concidadãos. Aliás, este é um dos pontos nevrálgicos da presente pesquisa, uma vez que são diversos os autores (Freire, 2009; Cabral, 2000; Loek, 2003), que constataam que é esta a função, que os Partidos não têm conseguido levar a efeito. Parafraseando Filipe Carreira da Silva (2010), o que é necessário não é mais participação política, mas melhor representação política. Ora, a observação de Carreira da Silva, embora não a possamos subscrever na totalidade, tem o mérito de chamar a atenção para um dos mais marcantes problemas da democracia portuguesa o défice de qualidade dos representantes políticos eleitos, que ter vindo a assinalar. Por outro lado, a supramencionada asserção é omissa quanto à possibilidade de melhora dos indícios de participação. Ora, no campo da abordagem teórica da participação política, temos três propostas paradigmáticas estudadas, que ao longo das últimas décadas, têm concentrado os esforços das diversas ciências sociais: liberal, (neo) republicana e deliberativa. Com estes três patamares teóricos pretendeu-se realizar uma discussão em torno dos conceitos “liberdade” e “autonomia”. Nesta discussão, podemos aferir que, a uma perspectiva mais minimalista da participação política por parte da teoria liberal corresponde fundamentalmente o primeiro conceito. Por seu lado, o paradigma (neo) republicano (e as suas versões mais recentes, nas quais pode incluir-se abordagem deliberativa) relaciona o estudo da participação política a constrangimentos estruturais como a classe social ou, no caso particular da presente investigação, o manuseamento dos mais diversos artefactos tecnológicos (como o Facebook). No fundo, estamos a aludir à existência de níveis e patamares de participação que, de certo modo, despolette uma seletividade remete para o conceito de “autonomia”. Cria-se também desta forma, um espaço teórico mais profícuo para o desenvolvimento de investigações como a que se pretende apresentar aqui. Perante o rápido e pujante desenvolvimento tecnológico e, muito em particular, dos novos meios de comunicação instantânea e de difusão a grande escala, urge o estudo deste aparato tecnológico em termos de potencial revitalização da mobilização e participação política. Expostos estes pressupostos do campo político e cívico, importa-nos levar a cabo uma análise sobre o domínio tecnológico e dos *media* e toda a área de sobreposição destes e a política.

3. Política e *Media*: uma relação umbilical

Quando falamos em desenvolvimento tecnológico e técnico é vulgar sermos inundados por ideias acerca da emergência e fomento de instrumentos e maquinaria que revolucionaram a maneira de conceber e pensar determinado processo. Não obstante o seu impacto e difusão no presente, o papel de uma determinada tecnologia ou técnica é efetivamente mensurável a longo trecho temporal. É nesta linha de raciocínio que temos por exemplo a “descoberta” da imprensa por Gutenberg no século XV. Olhando retrospectivamente através de “filtros” da história, fica claro o vasto e diversificado leque de implicações/consequências que foram abertas com a possibilidade de registar, num código lógico, experiências e conhecimentos que agora podiam ser reproduzidos, de forma mecânica e ilimitada.

Ora, são diversos e bastante heterogéneos os pensadores que, ao longo dos últimos séculos, chamaram precisamente a atenção para este facto. Entre os mais proeminentes encontramos Alexis Tocqueville (2009), referindo que é a partir da imprensa, que o espaço público deve “respirar”, constituindo-se como um privilegiado mecanismo de participação dos cidadãos, quer em termos políticos, quer em termos cívicos: “confieso que yo no siento por la libertad de prensa ese amor rotundo e instantáneo que se concede a las cosas soberanamente buenas por naturaleza. La amo por la consideración de los males que impide mucho más que por los bienes que aporta” (2009:265).

Não obstante, apesar da perspicácia analítica e observacional do autor francês, esta perspectiva não deixa de ter associada uma importante componente histórica e contextual, sendo nessa linha de pensamento que Jürgen Habermas (2012) destaca o forte carácter burguês da esfera pública no dealbar da modernidade ocidental.

Entretanto, essa perspectiva já foi objeto de posteriores críticas, inclusivamente de Habermas (1996), mas também de autores como Filipe Carreira da Silva (2002) que revelam, de forma sucinta, a exclusão de largas grupos sociais do debate público, como as mulheres, as minorias étnicas, os mais jovens, etc. A própria estrutura social teve um importante e histórico contributo para a erosão destes espaços de debate e confronto público de ideias. Para além de tudo, assiste-se a uma forte desestruturação da estrutura de classes, mormente

com a emergência, em meados do século, da chamada classe média (Estanque, 2012), o que levou a uma forte reconfiguração da “pirâmide social”.

No fundo, estes são alguns dos aspetos históricos que, de algum modo, marcaram a estruturação do espaço público, sendo que a imprensa, ainda que de forma paralela, foi também influenciada por estas tendências. Assim, na presente secção, pretende-se, de forma circunscrita e até de modo parcial, abordar o papel que os *media* tiveram e têm nas sociedades contemporâneas, no domínio do debate público e da participação política e cívica, atendendo particularmente ao caso do Facebook e do seu uso por estas organizações de carácter político e cívico.

3.1- Do ativismo burguês à participação digital

No nosso entender, a emergência e consolidação da democracia, seja ela em que parte do mundo for, é indissociável do surgimento ou efetivação e dos *media* em geral. Esta preponderância em termos históricos foi bem identificada e retratada, entre outros autores, por Jürgen Habermas (2012), que descreve o aparecimento dos chamados “cafés” oitocentistas, como palcos privilegiados de debate e confronto racional de ideias e argumentos. Neste período, esses espaços eram essencialmente, frequentados por homens da burguesia, que viam o seu poder económico aumentar em virtude do crescimento do comércio e da economia. Foi neste mesmo período e intrinsecamente associado a este fenómeno, começaram a proliferar as publicações periódicas que davam conta de acontecimentos e voz a figuras com maior ou menor notoriedade social.

Com efeito, é neste contexto que surge aquilo a que, se viria a designar de “opinião pública”. Tendo uma forte ancoragem social, política e cultural o conceito “comunidade”, podemos definir como John Dewey (1927) como, “(...) um ajuizamento formado e elaborado entre os que constituem o público e é sobre os assuntos públicos” (*cit in* Barreiros, 2012: pp. 93). Ainda que sendo algo sintética, a definição do autor norte-americano tem a pertinência de chamar a atenção para a necessidade de existir uma comunhão entre um conjunto de indivíduos na prossecução de um debate público. A opinião pública surge-nos, como um vasto domínio onde diferentes atores partilham e discutem argumentos de modo mais/menos racional. Não obstante, olhar para este fenómeno e pensar que será apenas constituído por atores individuais, seria, tremendo erro. Neste capítulo, indissociável da dinâmica e da sua própria arquitetura, os meios de comunicação e, muito em particular a imprensa, desempenharam um papel histórico.

Inicialmente, e ainda numa forma bastante embrionária a imprensa surgiu no seio dos já mencionados “cafés” onde a classe burguesa oitocentista (sobretudo) se reunia para discutir a “coisa” pública (Habermas, 2012). O autor é perentório ao reconhecer que “A reconversão do princípio da publicidade baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto domínio próprio que pode ser observado na transformação da sua instituição mais proeminente, a imprensa” (2012: pp.313).

No centro da discussão está o papel da imprensa e, concomitantemente, o princípio da publicidade associada a uma importante função da própria imprensa (e atualmente aos meios de comunicação de massa) no que diz respeito à dinamização da própria esfera pública. Atualmente, os *media* têm aquilo a que nos termos próprios da nossa análise designaríamos como relação “umbilical”, na medida em que existe uma intensa e permanente troca de impulsos. Estamos a aludir à existência de uma forte influência no ecossistema mediático uma vez que por um lado, os *media* condicionam o acesso ao poder, mas também o próprio exercício do poder político (Santos, 2012:11). Do outro lado, os organismos de decisão política exercem crescentemente uma influência, em face da tendente necessidade por parte dos *media*, em relação à informação e acesso aos atores políticos no seu agendamento.

De forma sucinta, diríamos que esta imbricação acontece, hoje em dia, num contexto de forte digitalização e consequente globalização das comunicações e do consumo de informação. Precisamente nesta linha de pensamento, Joshua Meyrowitz (1985:153-157) considera que a passagem de um predominante padrão mediático da escrita para o eletrónico implica alterações substanciais na informação veiculada, passando a dar primazia a conteúdos até aqui essencialmente de foro privado e sentimental. Mais recentemente, José Marichal (2012) advoga que os novos *media*, como o Facebook, têm na sua arquitetura de divulgação, uma

característica marcadamente condicionadora da usabilidade destas plataformas digitais para efeitos de participação política. Para este autor, o Facebook é primordialmente um modelo de negócio, assente na transparência dos seus utilizadores. Contudo, esta ferramenta tecnológica é “povoada” por diversas Organizações que, tendo uma ação política e cívica, têm como pano de fundo a mobilização e sensibilização de atores de diferentes origens sociais. É nesta linha de raciocínio que consideramos a teoria dos “efeitos limitados” que em traços largos, pode ser definida nos seguintes termos: “o fluxo da comunicação a dois níveis (*two-step flow of communication*) é determinado precisamente pela mediação que os líderes exercem entre os meios de comunicação e os outros indivíduos do grupo” (Wolf, 2009:53). Neste ponto, temos patente uma escolha da presente pesquisa, ao conceber os ativistas como cidadãos, mas também como atores capazes de aceder a uma audiência, e assim contribuir para a formação da opinião pública.

Na esteira da consolidação da opinião pública, João Almeida Santos identifica quatro níveis de emissão da opinião: intersubjetivo e privado; comunitário; societário e universal; global. A rede, e mais propriamente a rede social Facebook, inclui-se na última categoria – global – embora possamos dizer que a intervenção pública em contexto digital tenha características das outras categorias, mormente da segunda e terceira. Em síntese, e para o que interessa no estrito âmbito da presente análise, estamos a aludir a fluxos comunicacionais que, de acordo com Kenneth Hacker e Jan Van Dijk (2000), podem ser inseridos em modelos de democracia digital de pendor mais horizontal ou vertical. No final, é um pouco isso que se pretende aferir no presente esforço teórico e empírico.

4. Anotações metodológicas

Ao longo do seu percurso e desenvolvimento, o vasto campo das ciências sociais e humanas tem, sido confrontado com diversos obstáculos à sua consolidação e afirmação como relevante campo de reflexão das próprias comunidades. Neste plano, o empreendimento sociológico teve, desde o seu dealbar, essa missão. Estas preocupações “reformistas”, ainda que normalmente encetadas em jeito de críticas, podem-se encontrar na vasta obra de fundadores como Émile Durkheim (2004), Max Weber (2001) ou Karl Marx (1975), através da crítica mais geral ao modelo económico e social corporizado pelo capitalismo. Ora, ainda que assumindo distintos pressupostos epistemológicos, todos eles procuram pensar as suas sociedades, as suas comunidades, os seus contextos. Como é facilmente compreensível, a estes e muitos outros autores, levantaram-se desafios, como a consolidação de uma base teórica e epistemológica que lançasse os “alicerces” de futuros domínios da sociologia em particular. Contudo, nessa fase, os desafios eram sobretudo uma natureza epistemológica. Contemporaneamente, a sociologia e demais parceiras de reflexão social confrontam-se com novos desafio, que concomitantemente acumulam, ainda que em proporções diferentes.

Atualmente a discussão no campo das metodologias dá-se sobretudo na confluência de uma necessária e profícua articulação entre metodologias de índole qualitativa, em estreito diálogo com outras de carácter quantitativo. Esta confluência dá-se num contexto mais vasto e a sua explicação passa, do nosso ponto de vista, por um duplo processo que decorre em paralelo e em perfeita simbiose: se, por um lado, vivemos um forte período de incerteza e concomitante reconfiguração das mais diversas estruturas sociais; por outro, as ciências sociais no seu todo, mormente a sociologia, têm respondido a este evoluir social com a diversificação e recombinação de metodologias e técnicas que, no fundo, colocam em marcha novas oportunidades para os investigadores nesta área de análise.

É neste enlace que emerge a tendência entre as diferentes ciências sociais de combinarem diferentes técnicas e metodologias nas pesquisas levadas a cabo. Esta tendência tem abarcado um vasto conjunto de análises que abordam uma pluralidade de domínios, como é o caso da presente: política, tecnologia e *media*. Deste ponto de vista, é no vértice analítico composto por este triplo domínio de análise que a presente investigação se situa e pretende desenvolver a sua reflexão.

Dito isto, se por um lado temos a abordagem do contexto político-institucional português, o cerne da abordagem política passa pelo estudo da participação política, nomeadamente aquela que faz uso dos novos *media* sociais e em particular do Facebook, estando aqui já em pleno domínio da tecnologia. Tratando-se de um campo teórico, mas sobretudo de forte carência empírica, o presente empreendimento analítico apresenta

um forte caráter exploratório, considerando-se o quadro mais vasto do qual resulta a presente discussão. Tratando-se de uma abordagem aprofundada dos tipos de comunicação que se desenvolvem, quer interna, quer externamente às Organizações, já anteriormente identificadas, pretende-se responder à questão: em que medida as Organizações estudadas fomentam um tipo de comunicação horizontal?^{iv}

Por seu lado, a hipótese de pesquisa, que presidirá ao desenvolvimento e exposição argumentativa consiste em: as organizações dão primazia a um tipo de comunicação interna de caráter informal e horizontal, quer do ponto de vista interno, quer externamente.^v Uma nota final, para registar a adoção de uma metodologia mista: entrevistas aos ativistas^{vi} e análise de conteúdo^{vii} às páginas de Facebook das Organizações. Esperamos deste modo, encerrar um grande pluralismo empírico, enriquecendo de forma significativa a análise e o trabalho aqui apresentado.

5. Das potencialidades virtuais aos constrangimentos reais

A comunicação entre atores constitui-se como um elemento fundacional da atividade social quotidiana em termos gerais, mas sobretudo quando consideradas as circunstâncias e processos que exigem de cada ator um entendimento mútuo e uma certa reciprocidade relacional. A mobilização e participação política é, com efeito, um campo que requer o aprimoramento e concretização de competências não só cognitivas, mas também sociais e políticas.

Da inevitabilidade da comunicação no processo político decorre a necessidade de as Organizações organizarem e orientarem o debate interno e externo. É perante este duplo desafio que se recorreu às entrevistas, no sentido de apurar como são percebidos os procedimentos de debate e tomada de decisão ao nível interno, através dos testemunhos dos próprios atores. Compreendendo o período de uma semana, procedeu-se ainda à análise de conteúdo das respetivas páginas das oito Organizações em análise.

Ora, se é verdade que a atividade destas Organizações tem a sua maior visibilidade por via da utilização de plataformas digitais, mormente pela rede social Facebook, a verdade é que uma parte relevante deste conjunto teve o seu “pontapé-de-saída” a partir de um evento ou facto que nos remete para a mobilização em copresença. É nesta linha que nos é descrito o caso dos Indignados Lisboa:

“Os Indignados de Lisboa surgiram com esse nome embora as pessoas antes do nome já se reunissem e já falassem de política, já participassem naquilo que havia, manifestações, protestos. Surgiu depois ou durante a Acampada do Rossio. A primeira reunião dos Indignados de Lisboa foi feita no Largo do Camões, por um grupo de pessoas que saiu desse processo, da Acampada do Rossio um pouco por discordar do modo como a Acampada do Rossio funcionava. Hoje em dia quando se vê os vídeos da Acampada de Lisboa e as Assembleias que lá se fizeram ao final da tarde, durante vários dias seguidos, parece que aquilo foi muito bom e foi” (IL:270).

Estamos, com efeito, perante uma tipologia de Organizações que emanam diretamente da sociedade civil. Com isto, não estamos a ser taxativos ao ponto de concluirmos que estes atores sejam desprovidos de uma herança política e associativa. Pelo contrário, de acordo com o manancial de dados que tivemos oportunidade de recolher no âmbito desta investigação, podemos constatar que existe uma ligação transversal que, em alguns casos, já remonta à luta contra o fascismo. Noutros casos a associação e pertença a movimentos é mais recente; a Associação de Estudantes e Movimentos de forte pendor contestatário como o MAS (Movimento Alternativa Socialista) e outras forças alternativas que, na sua maioria, têm na matriz trotskista a sua principal base ideológica de inspiração. Serve isto para dizer que, de facto, existe a montante um trajeto político e associativo destes ativistas, normalmente em Organizações de natureza contestatária.

Um outro grupo de Organizações tem a sua origem a partir de um impulso individual, como são os casos de RiseUp Portugal e O Povo é Quem Mais Ordena. Estas, segundo os testemunhos dos seus ativistas, surgiram da necessidade de refletir e agir sobre a realidade política atual. Este caráter “reativo” é aliás transversal às diferentes Organizações que, na ausência de uma ordem programática^{viii} com contornos bem definidos, têm a sua base de ação no que pode considerar-se como “mercado da contestação”. Adicionalmente devemos notar

que existe uma grande heterogeneidade no que comporta à dimensão do número de ativistas que compõem cada Organização.

Em jeito de caracterização genérica, podemos dizer que estas Organizações vivem do voluntarismo dos seus membros, e que têm um número bastante variável: normalmente está na sua origem uma causa relacionada com a renovação ou transformação do regime democrático, ou um facto político e/ou social que requer uma resposta (reativa).

Sendo características gerais, estes traços servem para contextualizar aquilo que, no fundo, se pretende abordar: quais os tipos de dominantes de comunicação? Deste modo apresentamos como já tivemos oportunidade de sublinhar um duplo perspetivar: sobre o modo como é organizado o diálogo interno, nomeadamente nas tomadas de decisão; sobre a dinâmica do debate entre ativistas e seguidores no Facebook.

Do ponto de vista interno, tomemos como ponto de partida a necessidade de organizar um evento (manifestação; vigília etc), pelo menos foi nesses termos que colocámos a questão em sede de entrevista. Desta forma, e fazendo um “apanhado geral” dos vários testemunhos, há um traço transversal que passa pela existência de uma posição crítica relativamente às várias experiências.

Entre os vários testemunhos podem-se contar de forma genérica dois grandes instrumentos de comunicação e debate interno: *mailing list* e uso de um *software* feito e para ativistas – N-1. Se no caso da *mailing list* esta é associada maioritariamente a problemas comunicacionais, como lapsos e mal entendidos, já no caso do N-1 são mencionados problemas derivados da complexidade do seu uso e lentidão.

Estas peripécias são descritas por alguns dos ativistas, nos seguintes termos:

“Os debates, quando são feitos via *mailing list*, via Facebook etc., por um lado, aprofunda-se pouco, nunca se aprofunda devidamente as coisas. Por outro lado, não é totalmente democrático, porque ou seja, tomar a decisões numa *mailing list*, há muitas pessoas que não têm acesso e epah é preciso tempo. E ao mesmo tempo, parte do debate, pode descambar e isso na *mailing list*, houve por exemplo, grande parte do desgaste que no sentido que as pessoas depois se afastaram etc., foi também por causa de debates, via *mailing list*” (15 O:294).

Nesta mesma linha de corroboração, outro testemunho alega que

“Nós usávamos o N-1 numa fase inicial, *open source*, e tal muito giro, mas houve várias pessoas que se depararam com problemas. Um problema óbvio era que os servidores não são tão rápidos como os do Facebook. Aquilo não carrega tão rapidamente, mas eu atrevo-me a dizer que foi a altura em que o grupo funcionou melhor. Foi quando estávamos a utilizar o N-1. E o N-1 estava tudo organizadinho, tinhas as tarefas, tinha as discussões precisamente porque quando estava a abrir aquilo não carregava logo, a malta mesmo que estivesse zangada com alguma coisa, e respirando e quando ia para responder já o fazia num tom muito mais levezinho. E pronto, voltámos ao formato *mailing list*” (QSLT:259-260).

Por outro lado, e reforçando a perceção de que a comunicação e o diálogo são encetados internamente, alguns ativistas aludem de forma explícita e/ou implícita a rivalidade internas e externas, em que o uso da *mailing list* é terreno fértil. Um elemento adicional é o facto de muitos dos entrevistados se conhecerem mutuamente^{ix}, ainda que pertencendo a diferentes Organizações.

Do ponto-vista do debate gerado com os seguidores nas respetivas páginas dever-se-á começar pelo que se considera o impulso inicial realizado por via de *posts*. Na sua dinâmica comunicativa, as Organizações atualizam e divulgam quer informação própria, quer de outras fontes.

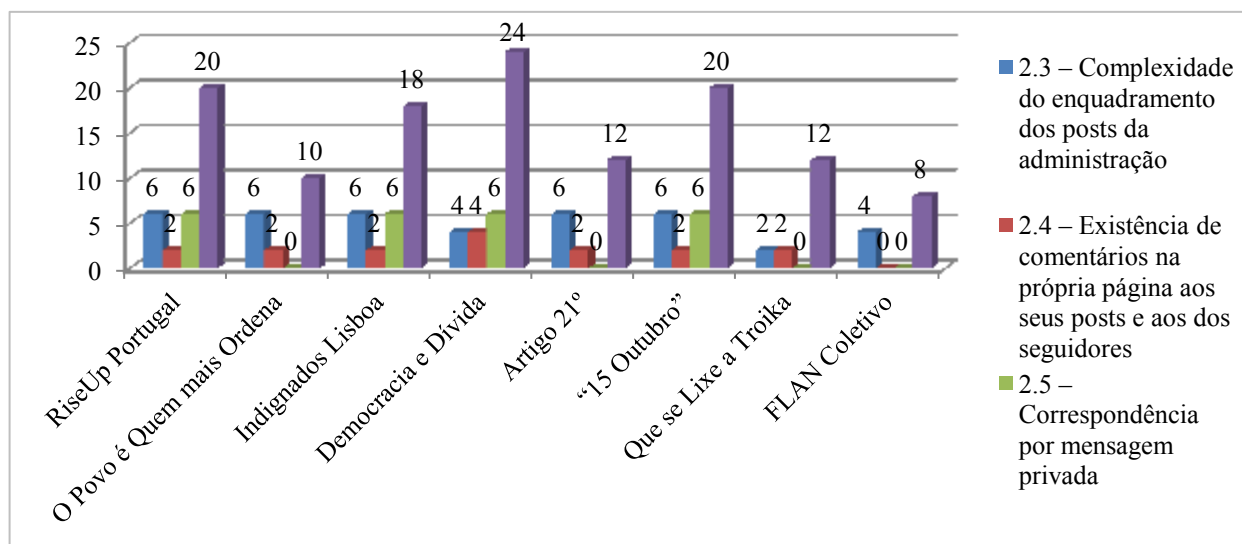


Gráfico 1 - Dinâmica comunicativa (2ª Dimensão)

Nas primeiras barras (azul) do gráfico 1 pode-se observar a constância na avaliação, sendo que 5/8 das Organizações obtêm pontuação máxima e apenas uma tem reduzida avaliação, o que nos indica que há um recurso recorrente a alguma argumentação nos *posts* realizados. Por outro lado, foi também objeto de análise a existência de um debate *online* entre ativistas e seguidores numa lógica dialógica. O que observamos nas colunas (vermelhas) desta questão em particular é uma “muito fraca” ou até inexistente comunicação dialógica. Do total de Organizações apenas uma obtêm 6 pontos, sendo o valor modal de 2. Estes resultados surgem na mesma linha de corroboração dos recolhidos na questão seguinte, passando pelo envio de uma mensagem privada para a página de Facebook e avaliação da rapidez e particularização da resposta, o que se verificou em apenas 4 das 8 Organizações. Verificar-se portanto uma certa tendência para a verticalização da participação.

Considerações Finais

Nas sociedades ocidentais contemporâneas a atividade política e cívica tem vindo a registar sucessivos défices. A este facto não serão alheios a forte tendência de individualização dos modos e estilos de vida, mas também um alheamento de toda e qualquer ação coletiva (por exemplo manifestações) de carácter político e cívico. A estas tendências associa-se um forte incremento do uso dos *mídia sociais* que, desta forma, abrem um potencial campo de revitalização da participação e mobilização política.

Um dos aspetos mais salientes para o estudo de opinião acerca da democracia é a própria satisfação dos cidadãos com esta, e a forte distanciação percebida entre representantes e representados, o que resulta numa forte verticalização das hierarquias e dos fluxos comunicacionais. Ora, desta forma, definimos como objetivo da presente pesquisa saber até que ponto a prática comunicativa levada a cabo no Facebook se constitui como uma rotura parcial ou completa com o praticado na esfera da política institucional. Como forma de orientar a nossa pesquisa, procurámos, ao longo do trabalho que agora encerramos, responder à questão: em que medida o ativismo político realizado no Facebook desenvolve uma dinâmica comunicacional horizontal?

No campo teórico levámos a cabo um pequeno périplo pelas principais abordagens da participação política: liberal, (neo) republicana e deliberativa. Deste exercício resultou uma profícua discussão em torno dos conceitos liberdade e autonomia. O resultado deste debate permite-nos montar uma escala gradativa, na qual o processo participativo e de mobilização política requer mobilização de diferentes recursos, que requerem, por sua vez, distintas competências.

É neste espírito que se operacionalizaram os níveis de participação política numa plataforma digital (Facebook) que, não determinando, exerce um poder condicionador. Esta perspetiva, resulta da adoção de uma postura de síntese entre os dois paradigmas dominantes (sócio-estrutural e tecnológico) na presente

pesquisa. Estando perante uma pesquisa que aborda a dinâmica comunicativa entre cidadãos e Organizações (e seus ativistas) importa assinalar a adoção da abordagem teórica do *two step flow*, dando guarida à ideia do Facebook como *mídia social*.

Assim, procurou-se proceder a uma breve caracterização das oito Organizações: 1º) têm um forte caráter reativo; 2º) déficit programático; 3º) normalmente há um evento/acontecimento real que marca a sua fundação; 4º) pretendem politizar as várias esferas da atividade social; 5º) contestam o capitalismo como forma de organização social; 6º) deparam-se com profundos défices de recursos humanos e materiais. Entrando agora no cerne da nossa pesquisa, temos oportunidade de proceder à análise do modo como a negociação e o diálogo decorre no interior das Organizações estudadas.

Deste ponto de vista, os diversos testemunhos recolhidos em sede de entrevista apresentam relevantes convergências nas perceções captadas. Internamente, é usual o recurso à *mailing list*. Aliás, este mecanismo é apontado como sendo o mais utilizado pela generalidade dos entrevistados, mas também aquele que está intrinsecamente associado à emergência de problemas e “mal-entendidos” no debate realizado internamente. A impulsividade, a ausência de sentido do discurso, bem como a ausência de uma linha orientadora dos conteúdos são alguns dos aspetos que caracterizam o diálogo encetado por esta via. Contudo, experiências mais aprofundadas foram levadas a cabo com o *software* N-1 que, nas palavras dos ativistas, apresenta vantagens em termos organizacionais e de moderação do debate. Ainda assim, estas experiências apresentam-se invariavelmente com transitoriedade, em face da complexidade e lentidão da sua utilização. Para além da comunicação com uso de meios digitais, as reuniões em copresença são um relevante momento de distribuição de tarefas, bem como de programação e planeamento de eventos e iniciativas. Ainda assim, são referidos importantes obstáculos como encontrar um espaço disponível ou ainda contar com a disponibilidade da totalidade da equipa.

Uma outra vertente do trabalho aqui finalizado versava acerca dos fluxos comunicacionais e interatividade entre ativistas das diferentes Organizações e respetivos seguidores. Pensamos ter clarificado o facto de, na generalidade das páginas de Facebook que constituíram o objeto de análise, dominarem fluxos comunicacionais unidirecionais. Esta tendência reflete-se no impulso inicial com o *post* e os consequentes comentários adjacentes, que entretanto ficam geralmente sem *feed-back* por parte dos ativistas das páginas. Em entrevista, confrontados com esta questão, dizem-nos que, muitas vezes, têm falta de tempo dar respostas, limitando-se a “apagar” comentários ofensivos para terceiros.

Com efeito, estamos em posição de afirmar que há indícios que remetem para uma reprodução das tendências comunicativas identificadas logo na primeira parte desta pesquisa. Fica desta forma a pairar a necessidade de aprofundamento deste modelo de análise, bem como o seu alargamento temporal, e até do número de Organizações estudadas. Por outro lado, urge o estudo tanto das páginas de Facebook dos Partidos políticos, como dos seus *sites*, tendo como ponto de partida o modelo teórico e metodológico subjacente nesta pesquisa.

Referências Bibliográficas

- Barreiros, José J. (2012). *Democracia, Comunicação e Media*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Cabral, Manuel V. (2000). “O Exercício da Cidadania Política em Portugal”, *In Análise Social Vol. XXV (154-155)*, Lisboa, pp.85-113.
- Castells, Manuel (2009). *Comunicación y Poder* (M. H. Díaz Trad.). Alianza Editorial: Madrid (Obra originalmente publicada em 2009).
- Dijk, Jan Van (2000). Models of Democracy and Concepts of Communication. *In* Kenneth Hacker & Jan Van Dijk (Edit.). *Digital Democracy: issues of theory and practice* (pp. 30-53). London: Sage Publications.
- Durkheim, Émile (2004). *As Regras do Método Sociológico* (9ª Edição) (E. L. Nogueira Trad.). Editorial Presença: Queluz de Baixo (Obra originalmente publicada em 1895).
- Estanque, Elísio (2012). *A Classe Média: Ascensão e Declínio*. Lisboa: FFMS – Relógio d’Água.

- Freire, André & Magalhães, Pedro (2002). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Freire, André (2009). *A Abstenção Eleitoral em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Habermas, Jürgen (1996). *Between Facts and Norms. Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Massachusetts Institute of Technology: Polity Press (Obra originalmente publicada 1992).
- Habermas, Jürgen (2012). *A Transformação Estrutural da Esfera Pública* (L. Nahodil Trad.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian (Obra originalmente publicada 1961).
- Hacker, Kenneth & Dijk, Jan Van (2000). *Models of Democracy and Concepts of Communication*. In K. Hacker, & J. V. Dijk (Edit.), *Digital Democracy: issues of theory and practice* (pp. 1-9). London: Sage Publications.
- Halman, Loek (2003). Capital social na Europa contemporânea. In J. Vala; M. V. Cabral & A. Ramos, (Orgs.). *Atitudes Sociais dos Portugueses 5 Valores Sociais: mudança e contrastes em Portugal e na Europa* (pp. 257-292). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais-ICS.
- Lipset, Seymour. M. (1992) *Consenso e conflito*. Lisboa: Gradiva (Obra originalmente publicada 1985).
- Lisi, Marco (2011). *Os partidos políticos em Portugal. Continuidade e transformação*. Coimbra: Edições Almedina.
- Lopes, Fernando F. & Freire, André (2002). *Partidos políticos e sistemas eleitorais: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- March, Luke & Freire, André (2012). *A Esquerda Radical em Portugal e na Europa. Marxismo, Mainstream ou Marginalidade?*. Lisboa: Quidnovi.
- Marichal, José (2012). *Facebook Democracy. The Architecture of Disclosure and the Threat to Public Life*. Burlington: Ashgate Publishing Company.
- Marx, Karl & Engels, Friedrich (1975). *A Ideologia Alemã I: Crítica da filosofia alemã mais recente* (2ª Edição) (C. Jardim & E. L. Nogueira Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1846).
- Meyrowitz, Joshua (1985). *No Sense of Place. The impact of electronic media on social behavior*. Oxford. Oxford University Press.
- Michels, Robert (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Parkin, Frank (2000). *Max Weber*. Oeiras: Celta Editora.
- Santos, João A. (2012). *Media e Poder. O poder mediático e a erosão da democracia representativa*. Lisboa: Veja.
- Silva, Filipe C. (2002). *Espaço Público em Habermas*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais – ICS.
- Silva, Filipe C. (2010). “Democracia Deliberativa. Reflexões sobre o percurso recente de uma ideia”. In Viegas, José M. L.; Santos, Susana & Faria, Sérgio (Orgs.) *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp.11-36). Lisboa: Mundos Sociais.
- Simões, Maria J. (2005). *Política e Tecnologia Tecnologias da Informação e da Comunicação e Participação Política em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Tocqueville, Alexis de (2009). *La Democracia en América, I* (D. S. Aleu Trad.). Madrid: Alianza Editorial (Obra originalmente publicada em 1835).
- Viegas, José M L.; Faria, Sérgio & Santos, Susana (2010). Envolvimento associativo e mobilização cívica In J. M. L. Viegas; S. Santos & S. Faria (Orgs.). *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e participação Políticas em Portugal e Espanha* (pp.157-180). Lisboa: Mundos Sociais.
- Weber, Max (2001). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, (5ª Edição) (A. F. Bastos & L. Leitão Trad.). Lisboa: Editorial Presença (Obra originalmente publicada 1905).

Wolf, Mauro (2010). *Teorias da Comunicação* (10ª edição) (M. J. V. Figueiredo Trad.). Queluz de Baixo: Editorial Presença (Obra originalmente publicada em 1985).

ⁱ No âmbito da presente pesquisa não nos interessa o desenvolvimento e exposição detalhada destes quadros teóricos, porém o leitor interessado na questão, poderá fazê-lo na referida obra.

ⁱⁱ O caso do Bloco de Esquerda, surge nesta senda como um caso aparte por duas ordens de razão: 1º surge da aglutinação de diversas forças da esquerda radical (Freire, 2011); 2º é um caso muito recente e por isso de difícil definição e caracterização.

ⁱⁱⁱ Em face dos objetivos a que nos propomos no restrito âmbito da presente investigação, não seria adequado realizar uma abordagem detalhada desta função em particular. Contudo, refira-se que sentem intensificado o recurso a pareceres técnicos e científicos na conceção, promoção e execução de um crescente número de medidas.

^{iv} A questão que aborda esta temática em particular, no referido trabalho: “Participação Política no Facebook. Continuidades e reconfigurações “Qual o tipo de comunicação dominante nas Organizações e suas páginas de Facebook?”

^v Deste ponto, a hipótese de trabalho, afirmava: “As Organizações em análise colocam em prática predominantemente um tipo de comunicação horizontal tanto a nível interno, como na respetiva página de Facebook”.

^{vi} Foram solicitadas entrevistas às oito Organizações em estudo, porém apenas seis e após várias tentativas foi possível as realizar num período de cerca de um mês e meio, mais precisamente entre: 27 Julho e 6 Setembro 2013.

^{vii} A análise de conteúdo foi realizada no âmbito das oito Organizações considerando o conteúdo partilhado e disponibilizado ente 5 e 11 de Junho de 2013. Uma semana no total, sendo a recolha realizada entre as 21h50m do dia 15 e as 21h15 do dia 16 Junho 2013.

^{viii} Esta questão em particular, a existência de uma ordem programática não sendo objeto da presente pesquisa, fica para uma futura análise, porém é bom salientar, que o Que se Lixe a Troika se destaca claramente das restantes, na existência de princípios orientadores da ação.

^{ix} Aliás, foi por este meio que conseguimos obter diversas entrevistas.